



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO TRE-RO 27/2023.

**TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 27/2023
(EVENTO [1084861](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N.
0002049-49.2023.6.22.8000**

**CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO – LEI
14.133/2021 (Serviços sem demo)**

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE
ENTRE SI FAZEM O TRE-RO E A
EMPRESA ECOFORT ENGENHARIA
AMBIENTAL LTDA, REFERENTE AOS
SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE
DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARA ATENDER
AS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL
NA CIDADE DE PORTO VELHO/RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***.893-SSP/RO e do CPF ***.106.849-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**, CNPJ 24.445.257/0001-15, com sede na Gleba Cuniã, S/N, Área Rural, CEP: 76.834-899, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3223-0028 / (69) 99231-6699 / (69) 3212-0423, E-mail(s): marselha.araujo@amazonfort.com.br / licitacoes@amazonfort.com.br, neste ato representada pelo senhor **IURI DANIEL SERRATE FARIA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG ****457-SSP/RO e do CPF ***.898.772-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a autorização constante no DESPACHO Nº 1419 / 2023 - PRES/DG/GABDG (evento [1088898](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente instrumento, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 92, I, da Lei 14.133/2021)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui o seguinte objeto:

1) Incluir a subcláusula única na **CLÁUSULA SEGUNDA** do Contrato TRE-RO n. 27/2023, a pedido da contratada e sem ônus para o contratante, para constar o que segue:

CLÁUSULA SEGUNDA

Subcláusula única – A execução deste Contrato se dará pela FILIAL da empresa ECOFORT, conforme dados abaixo, com o registro de que a nota fiscal, as certidões e os demais documentos serão emitidos pela MATRIZ da empresa ECOFORT:

ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 24.445.257/0003-87, Endereço: Rua Curimatã, nº 500, bairro Lagoa, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76.812-060, Telefone: (69) 3223-0028, E-mail: iuri.faria@amazonfort.com.br.

Subcláusula Primeira – A justificativa para a inclusão acima consta na solicitação via e-mail juntada no evento [1085499](#), bem como nas análises e atos de autorização inseridos nos autos do Processo SEI TRE-RO n. [0002049-49.2023.6.22.8000](#).

Subcláusula Segunda – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 92, III, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento legal no artigo 91 da Lei n. 14.133/2021 (formalização por escrito de inclusão de informações/alterações/retificações) e Orientação Normativa AGU n. 66/2020.

DA RATIFICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente instrumento passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrito, e ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 94 da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar de sua assinatura (artigo 94, II, Lei n. 14.133/2021) e no seu sítio eletrônico oficial na internet, bem como providenciará a sua publicação, no mesmo prazo, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes contratantes a seguir indicadas assinam o presente instrumento por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, bem como as testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, novembro de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	IURI DANIEL SERRATE FARIA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO TRE-RO
27/2023**

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos Termos
Aditivos / Apostilas:**

Contrato / Termo Aditivo /Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do Contrato e valor de cada Termo Aditivo /Apostila	Percentual de acréscimo/supressão já efetuados nesta contratação em relação ao valor inicial do contrato (Artigo 125 da Lei 14.133/2021)
Contrato 27/2023 (assinado em 13/11/2023) – Volume IV do PA (evento 1084861) Vigência de 24 meses, a contar de 13/11/2023 até 13/11/2025. (Garantia: não exigida)	R\$ 10.800,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em _/_/2023) – Volume V do PA (evento 1090134) 1 –Inclusão, a pedido da contratada, de cláusula sobre a execução do Contrato pela Filial da empresa. (Garantia: não exigida neste instrumento)	-	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/11/2023, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IURI DANIEL SERRATE FARIA, Usuário Externo**, em 29/11/2023, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/11/2023, às 12:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 30/11/2023, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1090134** e o código CRC **F31563D0**.

0002049-49.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0002049-49.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP.

ASSUNTO: Termo Aditivo - Contrato TRE-RO nº 27/2023 - Contratada: ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. CNPJ 24.445.257/0001-15 - Objeto: Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos gerados nas instalações prediais da Justiça Eleitoral em Porto Velho. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 272 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP ([1076203](#)) no qual operou-se a contratação de pessoa jurídica **ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA** - CNPJ 24.445.257/0001-15 (Matriz), materializada no contrato administrativo nº 27/2023 ([1084861](#)), que tem como objeto a prestação de serviços de coleta e transporte para tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU em aterro sanitário para suprir a demanda desta Justiça Eleitoral em Porto Velho, com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 14/11/2023.

02. Por meio do Parecer Jurídico nº 262/2023 ([1086349](#)), esta unidade jurídica se manifestou, além de outros, pela possibilidade jurídica do atendimento do pleito da contratada para inclusão no instrumento do referido contrato de cláusula para registrar que sua execução se dará pela FILIAL, embora a nota fiscal, as certidões e os demais documentos exigidos pela contratação permaneçam sob responsabilidade da MATRIZ, estabelecimento que comprovou as condições exigidas para a contratação direta.

03. Após registro de concordância da alteração pela unidade gestora do contrato ([1087012](#)), por determinação do Secretário da SAOFC ([1086696](#)), a SECONT trouxe ao processo a minuta do termo aditivo nº 01 ao contrato originário para inclusão da anunciada alteração ([1088514](#)) para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

04. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002049-49.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

05. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 53. *Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.*

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

*§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.** (sem destaques no original)*

06. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem o processo, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da minuta do Termo Aditivo nº 01 - Análise.

07. Registra-se que a minuta que originou o contrato nº 027/2023 ([1084861](#)) foi objeto de análise desta unidade por meio do **Parecer Jurídico nº 258/203** ([1084008](#)), oportunidade em que concluiu-se por sua regularidade formal e conformidade com as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, naquilo que aplicável. Já a situação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fática que conduziu à necessidade de formalização do Termo Aditivo nº 01, ora trazido ao processo pela SECONT ([1088514](#)), também já foi analisada e tida como regular no **Parecer Jurídico nº 262/2023** ([1086349](#)). Nessa linha, resta apenas a verificação da redação do novel instrumento.

08. Verifica-se que o a minuta do termo aditivo nº 01 ao contrato originário, tem como finalidade a inclusão de dispositivo para registrar que a execução do contrato se dará pela FILIAL da empresa ECOFORT, embora a nota fiscal, as certidões e os demais documentos exigidos pela contratação permaneçam sob responsabilidade da MATRI e, ainda, do endereço da filial, ficando ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário não alteradas pelo aditivo.

09. A verificação da redação da referida minuta revela que ela se encontra em harmonia com a legislação de regência, com o texto adequado às condições ajustadas, estando portanto apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos.

IV – CONCLUSÃO

10. Pelo exposto e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui que a redação da minuta do Termo Aditivo nº 01 ([1088514](#)), se encontra em harmonia com as condições ajustadas pelas partes, estando apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos. Assim, pode-se concluir por sua **conformidade** fática e com as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, naquilo que aplicável.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 23/11/2023, às 11:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002049-49.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL - SEAP

ASSUNTO: Termo Aditivo - Contrato TRE-RO n. 27/2023 - Contratada: ECOFORT
ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. CNPJ n. 24.445.257/0001-15 -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

OBJETO: Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos gerados nas instalações prediais da Justiça Eleitoral em Porto Velho.

DESPACHO Nº 1419 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA., inscrita sob o CNPJ n. 24.445.257/0001-15, para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos gerados nas instalações prediais da Justiça Eleitoral em Porto Velho, conforme registrado no Contrato Administrativo n. 27/2023 ([1084861](#)), o qual se encontra em plena vigência.

Mediante a Remessa n. 417 ([1085553](#)), a Seção de Contratos - SECONT noticia a solicitação apresenta pela empresa Ecofort, evento n. [1085499](#), para inclusão de cláusula no contrato supramencionado constando que a execução contratual se dará pela filial da empresa matriz que foi efetivamente contratada por este Tribunal.

À vista disso, o Secretário da SAOFC remeteu o feito para análise jurídica ([1086002](#)).

Instada, a AJSAOFC opinou pela possibilidade jurídica do atendimento do pleito apresentado, conforme segue ([1086349](#)):

16. Pelo exposto e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela possibilidade jurídica do atendimento do pleito da **ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA (filial) - CNPJ 24.445.257/0001-15** para inclusão no instrumento do Contrato nº 27/2023 ([1084861](#)) de cláusula (**sugere-se a inclusão da subcláusula única na cláusula segunda**) para registrar que a execução do contrato se dará por essa FILIAL, embora a nota fiscal, as certidões e os demais documentos exigidos pela contratação permaneçam sob responsabilidade da MATRIZ, estabelecimento que comprovou as condições exigidas para a contratação direta.

17. Sobre o tema relacionado à contratação de matriz X filial, esta Assessoria conclui, também:

I - **Tem-se como desnecessária a avaliação técnica** a respeito da repercussão tributária da medida no âmbito do contrato administrativo, indicada na **Letra B da Orientação Normativa AGU nº 66/2020**, reproduzida no item 13 deste parecer, o que não impede, todavia, que a zelosa gestão do contrato possa fazê-la durante a execução do contrato, o qual poderá conduzir a eventuais alterações nas condições dos preços dos serviços objeto do contrato;

II - O mesmo não se pode dizer das duas outras providências listadas pela **Orientação Normativa AGU nº 66/2020**. A **primeira** diz respeito à regularidade fiscal e trabalhista do estabelecimento contratado, no caso, a matriz. Assim, já que será essa que emitirá as notas fiscais e demais documentos exigidos na contratação, será ela também que deverá apresentar a comprovação da regularidade mínima para os respectivos pagamentos, além de outras comprovações, caso



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigidas. A **segunda**, diz respeito à formalização de aditivo contratual, providência exigida pela redação do **art. 130 da Lei nº 14.133/2021**.

Dessa forma, foram os presentes encaminhados à SEAP, unidade gestora do Contrato n. 27/2023 ([1084861](#)), para conhecimento e registro nestes autos acerca da anuência da inclusão de cláusula ao contrato; à SECONT, para elaborar minuta de termo aditivo contratual, nos termos previstos no Parecer Jurídico ([1086349](#)); e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1086696](#))

A SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo n. 01 ([1088514](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, opinou pela conformidade do instrumento as regras gerais da Lei n. 14.133/2021 e legislação correlata, naquilo que aplicável ([1088589](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favorável à lavratura do termo aditivo ([1088720](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Nos termos do bem lançado Parecer Jurídico n. 272/2023 da AJSAOFC ([1088589](#)), a minuta que originou o Contrato n. 027/2023 ([1084861](#)) foi objeto de análise daquela Assessoria Jurídica mediante o Parecer Jurídico n. 258/203 ([1084008](#)), oportunidade em que concluiu-se por sua regularidade formal e conformidade com as regras gerais da Lei n. 14.133/2021 e legislação correlata, naquilo que aplicável.

Já a situação fática que conduziu à necessidade de formalização do Termo Aditivo n. 01, ora trazido ao processo pela SECONT ([1088514](#)), também já foi analisada e tida como regular no Parecer Jurídico n. 262/2023 ([1086349](#)).

Analisando os autos, verifica-se que o a minuta do termo aditivo n. 01 ao contrato originário, tem como finalidade a inclusão de dispositivo para registrar que a execução do contrato se dará pela FILIAL da empresa ECOFORT, embora a nota fiscal, as certidões e os demais documentos exigidos pela contratação permaneçam sob responsabilidade da MATRIZ e, ainda, do endereço da filial, ficando ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário não alteradas pelo aditivo.

Diante do exposto, **autorizo** a lavratura de termo aditivo, com a finalidade de inclusão de dispositivo para registrar que a execução do contrato se dará pela FILIAL da empresa ECOFORT, embora



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a nota fiscal, as certidões e os demais documentos exigidos pela contratação permaneçam sob responsabilidade da MATRIZ e, ainda, do endereço da filial, ficando ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário não alteradas pelo aditivo, nos termos da minuta de termo aditivo de evento n. [1088514](#), a qual foi considerada em conformidade com as regras gerais da Lei n. 14.133/2021 pela AJSAOFC.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 27/11/2023, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1088898** e o código CRC **DC183EA3**.